

## A metaforização dos sentidos na nomeação do ensino escolar em tempo de pandemia

*The metaphorization of the senses in the appointment of school education in times of pandemic*

Ana Cláudia Dias RIBEIRO (UFT)  
[ana.ribeiro@ifro.edu.br](mailto:ana.ribeiro@ifro.edu.br)

Ana Cláudia Martins de OLIVEIRA (UFT)  
[acmartins2008@gmail.com](mailto:acmartins2008@gmail.com)

Recebido em: 07 de fev. de 2021.  
Aceito em: 18 de set. de 2021.

RIBEIRO, Ana Cláudia Dias; OLIVEIRA, Ana Cláudia Martins de. A metaforização dos sentidos na nomeação do ensino escolar em tempo de pandemia. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. 3, e2351, p. 451-465, set.-dez./2021. DOI: 10.22168/2237-6321-32351.

**Resumo:** Neste trabalho, objetivamos problematizar a metaforização dos sentidos das palavras utilizadas para nomeação do ensino escolar, em tempos de pandemia, por meio dos enunciados contidos na materialidade discursiva em notícias de jornais e documentos oficiais que circularam, na mídia, durante o período de suspensão das aulas presenciais. Nossa pesquisa fundamenta-se no campo teórico-analítico da Análise de Discurso (doravante, AD) de matriz francesa, partindo das teorizações de Michel Pêcheux e de outros autores passíveis de diálogo com essas teorias. Buscamos compreender a utilização de diferentes formulações referentes ao ensino escolar, tais como remoto, a EaD e as aulas *on-line*, analisando como elas se inserem na memória discursiva, modificando e deslocando-se nas materialidades que circulam em meio ao acontecimento discursivo, pandemia. Em nosso gesto de interpretação, vamos descrever e interpretar a materialidade selecionada, observando a metaforização como constitutiva do funcionamento da discursividade, considerando que a metáfora é o ponto de articulação entre o equívoco e o *non-sens*. As análises mostram que a pandemia propiciou um

deslizamento na forma como o ensino escolar é significado. O espaço escolar não é mais o mesmo, as metodologias de ensino também não são, pois a sala de aula migrou para a casa dos professores e dos alunos.

**Palavras-chave:** Metaforização dos sentidos. Ensino escolar. Memória discursiva. Pandemia.

**Abstract:** In this work, we aim to problematize the metaphorization of the sense of the words used for naming school education, in times of pandemic, through the statements contained in the discursive materiality in news from newspapers and official documents that circulated in the media during the period of suspension of face-to-face classes. Our research is based on the theoretical-analytical field French Discourse Analysis (hereinafter, AD) matrix, stemming from the theories of Michel Pêcheux and other authors liable to dialogue with these theories. We seek to understand the use of different formulations referring to school education, such as remote, distance education and online classes, analyzing how they are inserted in the discursive memory, modifying and moving in the materialities that circulate in the midst of the discursive event, pandemic. In our gesture of interpretation, we will describe and interpret the selected materiality, observing metaphorization as constituting the functioning of discursivity, considering that metaphor is the point of articulation between misunderstanding and non-sens. The analyzes show that metaphorizations of meaning about school education occur due to the pandemic, which caused a slippage in the way school education is meant. The school space is no longer the same, neither are the teaching methodologies, as the classroom has migrated to the homes of teachers and students.

**Keywords:** Metaphorization of the senses. School education. Discursive memory. Pandemic.

## Introdução

O foco deste trabalho é problematizar a metaforização dos sentidos na nomeação do ensino escolar, em tempos de pandemia, por meio dos enunciados contidos nas materialidades discursivas retiradas de notícias de jornais e de documentos oficiais que circularam, na mídia, durante o período de suspensão das aulas presenciais. Tomamos como embasamento teórico-analítico da Análise de Discurso (doravante, AD) de matriz francesa, partindo das teorizações de Michel Pêcheux e de outros autores passíveis de diálogo com tais teorias.

Um dos modos que o sujeito utiliza para se inscrever no corpo social é por meio da escrita, pois é uma forma de materialização dos saberes em circulação, como pontua Pêcheux, “[...] os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX[1975] 2014, p. 150, [grifo do autor]). Assim sendo, tudo que se fala, já foi dito antes, em algum lugar, a escrita é, portanto, essa tecitura de discursos outros, inscritos tanto no interdiscurso quanto na memória discursiva.

Neste trabalho, tomamos a escrita como prática social e política, uma vez que a prática discursiva compreende um ciclo que vai retornar ao interdiscurso que é a memória do dizer, além disso, sujeito-autor é um sujeito que sofre sobredeterminação ideológica, que vai produzir vestígios em sua escrita. A prática discursiva da escrita faz uso da língua, que na perspectiva da AD, está sujeita a falhas e equívocos e, segundo Orlandi (2012) para fazer sentido, ela (a língua) se inscreve na história, produzindo discursividade. Cabe acrescentar que a escrita faz trabalhar a ilusão de sentido único.

As materialidades selecionadas encontram-se em meio digital, onde a circulação não se separa da circunstância da enunciação, conforme Dias (2018), e isso sustenta a formulação dos dizeres. É importante ressaltar que está presente no imaginário social a ideia de que vivenciamos a era das tecnologias, e esta influi na mudança de significação das práticas e no modo de vida dos sujeitos em diferentes épocas. Nesse sentido, podemos dizer que o discurso da tecnologia, provoca efeitos no mecanismo de identificação, no sujeito capitalista, e conseqüentemente na produção de sentidos.

Numa sociedade do digital, as notícias circulam com urgência, atravessadas por duas forças: a memória histórica e a “memória digital”, em que

a memória digital seria, pois, o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica) saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva) (DIAS, 2018, p. 105).

Assim, a memória digital se relaciona com a memória discursiva (aquilo que está estabilizado), se desloca e se inscreve na história.

Para Pêcheux ([1975] 2014), o efeito metafórico é um fenômeno semântico produzido a partir de substituição, provocando um deslizamento de sentido. Para Orlandi (2015, p. 42), a metáfora “significa basicamente ‘transferência’”, estabelecendo o modo como as palavras significam. Em nosso gesto de interpretação, vamos descrever e interpretar a materialidade selecionada, observando a metaforização como constitutiva no funcionamento da discursividade, considerando que a metáfora é o ponto de articulação entre o equívoco<sup>1</sup>, e o *non-sens*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> AAD concebe a língua como não homogênea, portanto sujeita a falhas, lapsos, deslizamentos, por estar exposta à equivocidade que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tomar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar, discursivamente, de seu sentido para derivar para um outro” (PECHEUX, [1983] 2002, p.53)

<sup>2</sup> Segundo Pêcheux ([1975], 2014) a condição do sujeito é ser clivado pelo inconsciente (*non-sens*) e sofrer um assujeitamento ideológico (tomada de posição), isso faz trabalhar no sujeito a pulsação sentido/*non-sens*. É por meio da metáfora, troca de “uma palavra por outra”, que acontece o lapso, decorrente da falha no ritual ideológico.

## O ensino remoto e sua metaforização

A pandemia do novo Coronavírus afetou não somente a saúde pública, mas todas as formas de organização da sociedade. A educação escolar não está imune nem ao vírus, nem às mudanças geradas pela suspensão das atividades presenciais, devido à necessidade de se manter o distanciamento físico ou pela adoção de metodologias de ensino à distância em cursos presenciais. De acordo com Henry (2014, p.55), “não há ‘fato’ ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências”.

O acontecimento da pandemia provoca uma extrapolação da normalidade, instaurando um campo dos embates e disputas antagônicas que incluem as discursividades dos sujeitos, e os marcos de interpretação da realidade, provocando deslizamentos de sentidos. Vale ressaltar que para a AD os sentidos não estão presos às palavras, e sim, na relação estabelecida entre elas.

Com a pandemia, instaurou-se uma série de incertezas e, em contrapartida uma enxurrada de informações de (des)informações, as quais aguçam o funcionamento do imaginário acerca da pandemia e que geram gestos de interpretação que metaforizam acontecimentos reais. Para a AD, o imaginário é constituído socialmente e resulta das relações de forças entre os sentidos, em que o sujeito projeta imagens de si, dos outros e daquilo sobre o que ele fala.

Nessa perspectiva, as formulações acerca do ensino escolar, em relação à suspensão das aulas presenciais devido à pandemia, podem ser observadas, principalmente, a partir das práticas discursivas expressas em documentos e decisões de autoridades nacionais e estaduais; da comunidade escolar; em notícias veiculadas pelas mídias tradicionais e pelas mídias sociais, por isso, nosso material de análise é constituído por recortes de notícias de alguns *sites* e de documento oficiais.

Se questionarmos “o que é o ensino escolar?”, é possível que o imaginário coletivo remeta a algo constituído de tempo e espaço, inserido, dentro da instituição escolar, não considerando outra forma fora do âmbito escolar. Isso está dito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 no Art. 1º “§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, **em instituições próprias**” [grifo nosso].

Isto nos leva a acionar uma memória discursiva em que primeiro, a LDB disciplina a **educação escolar**. Se há uma disciplina,

há uma ordem, um ordenamento, temos, portanto, um primeiro deslocamento, que poderia ser lido, da seguinte forma: Esta Lei ordena ou Esta Lei regulamenta, o que nos afeta no sentido de que deve ser seguida e obedecida.

Outro possível deslocamento está na **educação escolar**, sobre o qual questionamos: mas há outro tipo de educação que não seja a escolar? Que possa ser ofertada, predominantemente, em instituições próprias? Logo, o deslocamento centra-se em três aspectos: o primeiro deles é que há outra educação que não seja escolar, seguido de que esta educação não é a escolarizada e é ofertada em outro espaço e este não é próprio. Não é próprio no sentido de apropriado? Ou não é próprio no sentido de pertencer, de propriedade? A legislação a ser obedecida nos direciona para um imaginário que a educação escolar tem de acontecer em um espaço próprio e este espaço é a escola. Essa regra nos condiciona a pensar que a educação se realiza neste espaço, por isso educação escolar.

No entanto, a pandemia propiciou um deslocamento, o espaço escolar não é mais o mesmo, as metodologias de ensino também não são, a sala de aula migrou para a casa dos professores e dos alunos. A relação professor-aluno agora é mediada pela tecnologia. Temos de ressaltar que a educação pública e a particular estão reagindo, diferentemente, à pandemia, como já era esperado devido à considerável diferença de estrutura e das condições sociais de seus respectivos alunos e professores.

Diante desse cenário de incertezas, a pandemia evidenciou o quanto faz falta o acesso às tecnologias digitais de forma equitativa, pois diferenças sociais foram escancaradas. Se por um lado a suspensão das aulas presenciais pode resultar no crescimento dos índices de evasão escolar, por outro pode propiciar a ressignificação dos conteúdos curriculares, das práticas pedagógicas e das metodologias de avaliação. Além da ressignificação de escola o que pode trazer sentidos outros ou um deslocamento que pode impactar, futuramente, no que denominamos ou denominávamos espaço escolar.

As formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem vão criando o efeito de sentido e o sujeito aciona a memória discursiva em sua forma-sujeito. Entende-se, portanto, que o(s) espaço(s) fora da escola são ocupados de forma diferente do tempo e espaço preenchidos pela escola. Além disso, outro fato diferencia a escola dos demais espaços de aprendizagem: ela possui currículo a ser cumprido e que possui como fundamento o conhecimento teórico.

A suspensão das aulas presenciais ocorreu por meio da Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020, na qual o Ministro de Estado da Educação autorizou, “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” por um período de trinta dias, podendo ser prorrogado a depender de orientação do Ministério da Saúde e demais órgãos de saúde. Tal medida levou as instituições educacionais a buscarem alternativas para não paralisar o ensino escolar.

Orlandi (2020), em conferência para a Abralín, tratou a pandemia como um acontecimento discursivo que domina as discursividades, provocando um processo de metaforização do sentido. Segundo a referida autora, os sentidos não estão nas palavras, mas nas relações que se instauram entre elas, que produzem transferências de sentidos e equívocos. Esse processo implica não apenas em versões de enunciados em circulação, mas vai além, o que resulta dessa tensão entre a repetição do mesmo, a ruptura e o surgimento de novos sentidos.

Nesse sentido, buscaremos problematizar a metaforização de sentidos referente ao ensino escolar, analisando como o uso das formulações utilizadas para se referir a ele, se insere na memória discursiva, modificando e deslocando-se nas materialidades que circulam em meio ao acontecimento discursivo, pandemia.

### **Um gesto de interpretação**

Existe um sentido cristalizado na memória discursiva de que o ensino escolar tem como princípio a presença do professor e do estudante, juntos, no mesmo espaço e tempo onde um vai ensinar e o outro aprender, em uma instituição designada para este fim, o que costumou se designar como aula.

A memória, de acordo com Courtine (2014), possui existência histórica em enunciados de práticas discursivas reguladas pelo Estado, enquanto aparelho ideológico (designação decorrente de Althusser), por meio de documentos oficiais, como mostramos anteriormente, por meio da LDB 9.394/96. Ao se repetir, os sentidos se cristalizam, organizando-se em redes discursivas que garantem a repetibilidade de saberes.

Contudo, é também por meio da repetição, que os sentidos podem se modificar e até, de acordo com as condições de produção<sup>3</sup>, receber novas formulações que acabam por atualizar a rede de memórias, constituindo o deslizamento de sentidos. Dito de outra forma, a repetição ocorre quando um efeito de sentido é tomado por outro.

Com a pandemia, a sociedade se viu obrigada a se adaptar ao uso das tecnologias digitais, o que provocou mudanças nas práticas sociais de convivência, de relações comerciais, de relações humanas e, como não podia deixar de ser, no ensino escolar. Nessas condições de produção do discurso, ocorre a diluição do real pela força do imaginário e dos fatos decorrentes da pandemia, transbordando na interpretação do sujeito que não tem o controle sobre a variação dos sentidos.

Instala-se a tecnologia digital como condição de produção de ensinar e aprender, em que o conhecimento é construído por meio da conectividade e acesso a uma organização de coisas-a-saber, disponibilizadas em rede para o acesso de forma síncrona ou assíncrona, onde a ligação entre o sujeito e o conhecimento se dá por meio da tecnologia, causando uma enganosa sensação de igualdade.

No entanto, é inegável que as diferenças sociais ficam ainda mais escancaradas, ao verificar a desigualdade de acesso às tecnologias de informação pelos alunos, principalmente, das escolas públicas.

### *As formulações*

Podemos observar, em textos publicados em órgãos de imprensa e na mídia digital, uma variação de formulações utilizadas para nomear o ensino escolar. Com o objetivo de compreender o processo de metaforização de sentido acerca do ensino escolar provocado pela pandemia, utilizamos como procedimento de análise descrever e interpretar os recortes discursivos (RD) a partir das sequências discursivas (SD) selecionadas de *sites* de notícias e de alguns documentos oficiais que tratam das atividades de ensino durante a pandemia.

Para nomear as atividades realizadas fora do espaço escolar durante a pandemia, foram utilizadas formulações em circulação nos textos analisados, e algumas utilizam o adjetivo “remotas” que caracteriza a(s) atividade(s) educacional(ais) fora do espaço escolar com uso de diferentes recursos tecnológicos (seja síncrona ou assíncrona).

<sup>3</sup> “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato, E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio- histórico, ideológico” (ORLANDI, 2015, p. 28-29).

Observamos a ocorrência também de “aulas online”(sic), “aulas em meios digitais” e “atividades não presenciais”.

Não obstante, a variação entre “remotas” e “online”, ocorrem ainda outras, tais como: “aulas a distância” e “ensino a distância” como podemos observar nos quadros a seguir, nos quais separamos o RD conforme sua formulação. Dessa forma, identificamos como pertencentes a uma Formação Discursiva (FD) não oficial as sequências encontradas nos *sites* de notícias e inserimos as SD retiradas de documentos oficiais do governo federal na FD oficial.

Quadro 1 - Formulações não oficiais

<b>FD NÃO OFICIAL</b>
RD1: MEC autoriza <b>aulas a distância</b> (sic) para o ensino fundamental 2. (Jornal do Comércio, 26/05/2020).
RD2: MEC autoriza que <b>atividades remotas</b> passem a valer como carga horária. (G1, 02/06/2020)
RD3: MEC autoriza <b>aula online</b> (sic), mas não define como escola avalia os alunos. (R7, 02/06/2020)
RD4: MEC autoriza <b>aulas por meios digitais</b> até dezembro para ensino superior. (UOL, 17/06/2020)
RD5: MEC autoriza <b>ensino a distância</b> (sic) em cursos técnicos profissionalizantes. (R7, 04/08/2020)
RD6: MEC autoriza <b>aulas a distância</b> (sic) nas instituições federais de ensino médio técnico e profissional até o fim do ano. (G1, 04/08/2020)
RD7: MEC autoriza <b>aula on-line</b> (sic) no ensino superior até dezembro. (Agência Brasil, 10/12/2020)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quadro 2 - Formulações Oficiais

<b>FD OFICIAL</b>
RD8: Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por <b>aulas em meios digitais</b> enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. (PORTARIA Nº 343, 17/03/2020)
RD9: Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de <b>atividades não presenciais</b> para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. (PARECER CNE/CP Nº: 5/2020 de 28/04/2020)
RD10: Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por <b>aulas em meios digitais</b> , enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, 12/05/2020. (PORTARIA Nº 544, de 16/06/2020)

RD11: [...] ficam autorizadas, em caráter excepcional, a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por **atividades não presenciais** nos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento até 31 de dezembro de 2020 [...] Os cursos técnicos presenciais de nível médio que, no processo de substituição por atividades não presenciais, optarem pela modalidade de **educação a distância** deverão observar o disposto [...]. (PORTARIA Nº 617, 03/08/2020).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Antes da pandemia era comum noticiar o retorno das aulas da seguinte forma: “Volta às aulas das escolas particulares terá retorno de 200 mil alunos” (Correio Brasiliense, 29/01/2018), com a pandemia, as aulas e o ensino escolar foram ressignificados, considerando as atuais condições de produção. Logo perguntaríamos: “presenciais ou remotas?”.

O quadro 1 nos possibilita visualizar a fluidez de sentidos do significante “aula”, por meio das formulações que buscam adicionar ao objeto direto “aula” um complemento (que sintaticamente chamaríamos de adjunto adnominal ou complemento nominal) que traz essa ideia de “meio” ou “forma” de realização dessa aula, isto porque os sentidos estão contaminados de pandemia como disse Orlandi (2020).

A partir do quadro 1, nos RD da FD não oficial, observamos que o sujeito jornalista ao tentar domesticar os sentidos, opta então, pelo uso de complemento que tipifique a aula: “aula online”, “aula a distância”, “aulas por meios digitais”; assim também ocorre no RD da FD oficial: “aulas em meios digitais”.

Interessante, ainda, ressaltar a diferença de formulação na RD11 “ficam autorizadas, em caráter excepcional, a suspender as **aulas presenciais** ou substituí-las por **atividades não presenciais**”, esta última como sendo atividades mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação. Devido à pandemia, muitas escolas públicas não conseguiram alcançar seus alunos com a oferta do ensino remoto, assim passaram a imprimir atividades e entregá-las aos alunos/pais/responsáveis, sem a mediação tecnológica, sobre o que podemos questionar: realizou-se o ensino?

O que essas nomeações fazem trabalhar em termos de trajetos de sentido? As atividades remotas e o ensino a distância podem ser compreendidos como sinônimos? No dicionário<sup>4</sup>, remoto é adjetivo, definido como o “que pode ser acessado e operado a distância, por meio de uma linha de comunicações” ou ainda, como “afastado no espaço; distante, longínquo”, isto é, a ênfase está no espaço-tempo.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=remoto>

Dessa forma, as atividades remotas estão, diretamente, relacionadas às condições de produção do discurso sobre o ensino e sua historicidade durante a pandemia, isso porque professores e alunos foram impedidos de frequentar as instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. Neste sentido, as atividades remotas passam a fazer parte de uma solução emergencial, de caráter provisório, para lidar com a suspensão das aulas presenciais no espaço escolar, com o uso das tecnologias digitais, fato este que não pode ser apagado.

O ensino escolar, presencial, precisou ser transposto para os meios digitais, as chamadas atividades remotas. No entanto, muitas instituições escolares buscaram adotar aulas com horas e dias similares aos que ocorreria na modalidade presencial, algumas, inclusive, mantiveram o horário do intervalo dos alunos, semelhante ao ensino presencial, portanto, a diferença está no local, espaço/ tempo em que as aulas acontecem. “Como” as aulas acontecem também mudou, uma vez que o professor utiliza as plataformas de *web* conferência, para suas aulas ao vivo de modo que alunos e professores estejam conectados simultaneamente, por meio de plataformas, tais como *Google Meet* ou *Zoom*.

Além disso, na ausência do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), as atividades são encaminhadas para os alunos, durante a semana no espaço/ambiente virtual que seja mais acessível para eles como *Google Classroom*, correio eletrônico e *WhatsApp*.

A interação, muitas vezes, ocorre por meio de aplicativos de mensagens, que funcionam como meio para tirar dúvidas, receber e enviar avisos, orientações e materiais de apoio entre outros. As avaliações, em alguns casos, mantiveram a estrutura da avaliação presencial, ocorrendo por meio do *Google Forms*.

É fato que o uso das tecnologias digitais para o acesso ao conhecimento traz semelhanças com a EaD, mas podemos dizer que se trata da mesma coisa, uma vez que os objetivos, a estrutura e a organização dessas duas modalidades se diferem?

A definição de Educação a Distância, de acordo com, o Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017 é:

Uma modalidade educacional na qual a **mediação didático-pedagógica** nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, **com pessoal qualificado, com políticas de acesso**, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e **desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos**. (BRASIL, 2017, [grifos nossos]).

Como podemos observar, nesse documento, a EaD é uma modalidade que necessita de profissionais capacitados para atuar, especificamente, nessa modalidade, que possui um modo de funcionamento e concepção didático-pedagógica próprios. Assim, desde o projeto de implantação, planejamento, conta com uma equipe multidisciplinar, geralmente, composta por: coordenador, pedagogo, professor formador, *designer* educacional e coordenador de polo.

Outra característica da EaD é a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que oferece várias ferramentas para uso no processo de ensino-aprendizado, onde se encontram os conteúdos, as atividades e todo um *design* adequado às características dessa modalidade, contemplando o processo avaliativo discente, previamente planejados para este fim.

Já as aulas *online* ou educação *online* são tidas, muitas vezes, como sinônimas de ensino remoto, outras como sinônimas de EaD, são formulações que produzem um efeito de realce ao meio utilizado para acessar o conhecimento. Evidenciam, por sua vez, que milhares de alunos não possuem acesso à internet no país, fazendo com que as escolas tenham de imprimir centenas de materiais para entregar aos pais/alunos sem acesso à rede mundial de computadores ou sem acesso a um aparelho microcomputador ou aparelho celular. Se antes, as aulas pela internet eram uma opção, com a pandemia, tornou-se uma necessidade, uma possibilidade de manter a oferta do ensino escolar.

No Brasil, existe um pré-construído de que a Educação a Distância (EaD) constitui uma modalidade de ensino de qualidade duvidosa, uma vez que a educação tradicional sempre se impôs como o modelo de aprendizagem, caracterizada pela presença física do professor em um mesmo espaço.

Apesar disso, nos últimos dez anos, a oferta da EaD vem crescendo, significativamente no ensino superior, de acordo com o último Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), em 2017, a EaD cresceu 17,6% e atende mais de 1,7 milhão de alunos, o que corresponde a uma participação de 21,2% dos alunos de graduação no país, ofertadas, predominante, em instituições particulares.

Por um lado, parte dessa (des)crença sobre a EaD advém da memória discursiva, ocasionada pelo fato de que algumas instituições ofereceram um excesso de cursos e pouco se preocuparam com a qualidade, ofertando um valor de mensalidade bem mais atrativo que as do ensino presencial.

Por outro lado, não podemos esquecer que o MEC é responsável pela avaliação da qualidade e da fiscalização das condições dos cursos. Desse modo, as graduações de EaD passam pela verificação de qualidade da mesma maneira que os cursos presenciais, e assim como há instituições presenciais não tão bem conceituadas e outras melhor conceituadas, ocorre também com as instituições que ofertam a EaD.

Há algum tempo vem se tentando instituir, no Brasil, a educação a distância na educação básica, fato que foi bastante discutido e autorizado em 2018. A modalidade é permitida para até 30% da carga horária em cursos noturnos, 20% nos diurnos do ensino médio, da educação profissional e do ensino superior, não sendo permitidas na educação infantil e no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano).

No entanto, no RD1 temos a afirmação “MEC autoriza aulas a distância para o ensino fundamental 2” e que isso se deu em caráter excepcional do contexto da pandemia da Covid-19. Ao compararmos os quadros 1 e 2, observamos que as formulações “ensino a distância” e “aulas a distância” não ocorrem na FD oficial ao tratar do ensino infantil e fundamental, uma vez que a legislação atual não permite aulas a distância do 1º ao 9º ano.

Com as novas restrições sanitárias que impossibilitam a presença nos ambientes escolares, o ensino a distância passa a ser utilizado para se referir à utilização de atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação.

Na pandemia, a memória discursiva trabalha de modo específico, mediante as novas condições de produção, produzindo a metaforização que se torna materialidade, por meio das formulações, como as que aqui abordamos.

O momento vivenciado nos direciona para transferência de sentidos, nas formulações: “online”, “atividades remotas” e “ensino a distância” que leva a um apagamento das diferenças de sentidos entre elas e as tomam como sinônimas, por falta de um termo melhor para se referir à modalidade de ensino que está sendo ofertada.

### **Considerações finais**

Na materialidade analisada, observamos a diversidade semântica em transferência de sentidos, visto que os sentidos não estão nas palavras, mas nas relações que estabelecem, levando em conta

o efeito de pré-construído, com a memória discursiva. Se antes era inconcebível imaginar o ensino escolar em todos os níveis, funcionando totalmente fora do ambiente escolar, com a pandemia fica difícil avaliar quando e se ele retomará ao modelo e formatos anteriores.

É a metáfora funcionando na base da discursividade, na relação móvel e permanente entre as formações discursivas. Como as formulações utilizadas para nomear o ensino no contexto da pandemia da Covid-19. Uma tentativa de nomear o Real que irrompe e, na falta de algo mais apropriado, toma uma palavra já existente no sentido metafórico. A educação não é mais a mesma, o ensino escolar não é mais o mesmo, o local, o espaço e o tempo em que o ensino acontece mudou repentinamente.

Por fim, diante da perspectiva da qual nos inscrevemos, gostaríamos de destacar que o gesto de leitura que aqui empreendemos não se coloca como único e finalizado, tendo em vista o caráter político da linguagem. Entendemos que os sentidos são divididos, portanto não são iguais para todos, mesmo que às vezes pareça ser.

## Referências

BRASIL, MEC. **Censo da Educação Superior**: principais resultados. Brasília, setembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm) Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020, de 28 de abril de 2020**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category\\_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 617, de 03 de agosto de 2020**. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/08/2020&jornal=515&pagina=36&totalArquivos=103> Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/51281622)

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdufScar, 2014.

DIAS, Cristiane. **Análise do Discurso Digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DUNDER, Karla. MEC autoriza aula online, mas não define como escola avalia os alunos. **R7**. São Paulo, 02 de jun. de 2020. Disponível em <https://noticias.r7.com/educacao/mec-autoriza-aula-online-mas-nao-define-como-escola-avalia-os-alunos-02062020>. Acesso em: 18 dez. 2020.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.) [et al.]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 29-52. Trad. José Horta Nunes.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, Freda et al. Memória e história na/da análise do discurso. Campinas, Mercado de Letras, 2011, p.67-89.

MEC autoriza aulas a distância nas instituições federais de ensino médio técnico e profissional até o fim do ano. **G1**. São Paulo, 04 de ago. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/04/mec-autoriza-aulas-a-distancia-ate-final-do-ano-em-instituicoes-federais-do-ensino-medio-tecnico.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MEC autoriza aulas a distância para o ensino fundamental 2. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 26 de mai. de 2020. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/05/geral/564914-mec-autoriza-aulas-a-distancia-para-o-ensino-fundamental-2.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/05/geral/564914-mec-autoriza-aulas-a-distancia-para-o-ensino-fundamental-2.html). Acesso em: 08 dez. 2020

MEC autoriza aulas on-line no ensino superior até dezembro. **Ministério da Educação**. Brasília, 17 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-autoriza-aulas-on-line-no-ensino-superior-ate-dezembro> Acesso em: 20 dez. 2020

MEC autoriza aulas por meios digitais até dezembro para ensino superior. **UOL**. São Paulo, 17 de jun. de 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/17/mec-autoriza-ead-ate-dezembro-e-estagio-a-distancia-para-ensino->. Acesso em: 16 dez. 2020

MEC autoriza ensino a distância em cursos técnicos profissionalizantes. **R7**. São Paulo, 04 de agosto de 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-tecnicos-profissionalizantes-04082020>. Acesso em: 28 de ago. 2020.

MEC autoriza ensino integralmente à distância por prazo indeterminado. Poder 360. Brasília, 10 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/mec-autoriza-ensino-integralmente-a-distancia-por-prazo-indeterminado/#:~:text=MEC%20autoriza%20ensino%20integralmente%20%C3%A0%20dist%C3%A2ncia%20por%20prazo%20indeterminado,->

[Libera%C3%A7%C3%A3o%20em%20casos&text=O%20ministro%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Milton,ensino%20no%20ano%20que%20vem](#). Acesso em: 18 dez. 2020.

MEC autoriza que atividades remotas passem a valer como carga horária. G1. Rio de Janeiro, 02 jun. de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/02/mec-autoriza-que-atividades-remotas-passem-a-valer-como-carga-horaria.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas. SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Volatilidade da interpretação**: política, imaginário e fantasia. 2020. (1h55m08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg&t=1520s.2020>. Acesso em: 05 out. 2020

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

VILELA. Pedro Rafael. MEC autoriza aulas não presenciais até dezembro de 2021. **Agência Brasil**. Brasília, 10 de dez. de 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-12/mec-autoriza-aulas-nao-presenciais-ate-dezembro-de-2021>. Acesso em: 18 dez. 2020

VOLTA às aulas das escolas particulares terá retorno de 200 mil alunos. **Correio Brasiliense**. Brasília, 29 de jan. de 2018. Disponível em [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/29/interna\\_cidadesdf,656310/volta-as-aulas-2018.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/29/interna_cidadesdf,656310/volta-as-aulas-2018.shtml). Acesso em: 01 fev. 2021.